CORREIO DEBATE

REFORMA TRIBUTÁRIA e a indústria

Alguns setores têm que ser tratados com especificidades. Se não, nós não temos um apoio mínimo para a tramitação da matéria no plenário"

Arthur Lira, *presidente da Câmara*

Presidente da Câmara reunirá chefes de executivos estaduais, nesta quinta-feira, para discutir dúvidas e resistências à proposta de mudança nos tributos. Segundo Arthur Lira, país precisa aproveitar a oportunidade para fazer a reforma possível

Consulta a governadores

» VICTOR CORRÊA

Ed Alves/CB/D.A Press



Para Arthur Lira, é preciso dar tratamento específico a alguns setores para angariar apoio político e possibilitar a votação da proposta

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), convocou para amanhã uma reunião com os governadores para tentar vencer as resistências sobre a reforma tributária. Lira anunciou ontem o encontro ao discursar na abertura do Correio Debate: Reforma Tributária e a Indústria, promovido pelo Correio e pelo Conselho Nacional do Sesi (CN-Sesi) para debater a proposta. Lira se disse confiante na aprovação da reforma na Câmara, e reforçou seu compromisso de pautar o texto em plenário já na primeira semana de julho.

"Depois de reunião com os líderes e com o relator (Aguinaldo Ribeiro), nós e alguns governadores tomamos a iniciativa de fazer um convite. Os governadores dos 27 estados estarão sendo convidados para a Residência Oficial da Presidência da Câmara na próxima quinta-feira, às 10h da manhã", declarou Lira. "A reunião, penso eu, será decisiva para que parte da reforma esteja afinada com todos os governadores, pensando nos seus estados e no Brasil mais próspero", completou o parlamentar.

A reforma sofre resistência de alguns governadores, especialmente os da região Centro-Oeste. Eles temem uma grande perda de arrecadação, e criticam a falta de detalhamento de pontos importantes da proposta em tramitação, especialmente sobre a criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional para compensar os entes federados.

"Que se discuta se vai ter Fundo de Desenvolvimento Regional ou não, qual a fonte, como se dividirá, quais os problemas dos estados do Centro-Oeste, que são exportadores. Como a reforma vai ter como alvo o consumo, esses estados se preocupam, é natural. Como se preocupam os estados do Norte, Nordeste, Sul e Sudeste. Todos com suas peculiaridades", comentou Lira.

O presidente da Câmara reforçou seu compromisso de pautar a votação da reforma para a primeira semana de julho, e disse estar otimista sobre a aprovação. Para o deputado, todos os setores econômicos devem estar incluídos na discussão, uma vez que a mudança no sistema tributário pode definir os rumos da economia brasileira nos próximos anos. Ele avalia ainda estarmos com "uma oportunidade única" para a votação, e ressaltou que a possibilidade de uma reforma é debatida há cerca de 60 anos.

Após ser aprovada na Câmara, a proposta será enviada para apreciação pelo Senado Federal. A expectativa é que a tramitação ocorra nas duas Casas antes do recesso parlamentar, que tem início em 18 de julho. Há, porém, uma série de indefinições e críticas por parte de setores que se dizem lesados pela proposta, como o de comércio e serviços, e o agronegócio.

"Será um acontecimento que eu espero que seja histórico para o nosso país, com o grau de amadurecimento sobre o tema", comentou Lira sobre a votação da matéria. O parlamentar também argumentou, em seu discurso, que o setor industrial brasileiro sofreu com um processo de desmonte nos últimos anos, na contramão do que foi feito em outros lugares do mundo.

Em seu entendimento, a complexidade do sistema tributário atual foi uma das grandes culpadas para que o setor não se desenvolvesse, mas a presença de uma indústria forte é essencial para o desenvolvimento econômico e social da nação.

Regras diferenciadas

O presidente da Câmara, porém, alertou sobre as costuras necessárias para que a medida seja aprovada e, enfim, implementada. Ele avalia que setores como a saúde, educação, agronegócio, serviços e transporte público devem ser tratados com regras diferenciadas.

"É importante que o empresariado, que a indústria entenda que alguns setores têm que ser tratados com especificidades. Se não, nós não temos um apoio mínimo, nem de início da tramitação dessa matéria no plenário", pontuou Lira. "Nós vamos trabalhar para a reforma tributária possível. Ninguém tem a ilusão de fazer a ideal, de fazer a ótima. Se nós simplificarmos, reduzirmos os custos e dermos segurança jurídica, em muito nós vamos ter contribuído no nosso papel para o desenvolvimento do país", acrescentou.

Relator na Câmara definirá texto após a reunião

» FRANCISCO ARTUR
» HENRIQUE LESSA

Ed Alves/CB/D.A Press



Aguinaldo Ribeiro (de gravata laranja): relator vai ouvir ponderações dos governadores, mas quer celeridade nas eventuais mudanças

O relator da reforma tributária na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), reconheceu que pontos do projeto podem ser alterados após a reunião sobre o tema com governadores, anunciada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que será realizada nesta quinta-feira.

"Por minha parte, há pontos do texto que já haviam sido definidos no ano passado e, se eu for partir deste pressuposto, está tudo engessado. Mas, evidentemente, há novos governadores que estarão fazendo reavaliação de todos os pontos de interesses deles", afirmou Aguinaldo Ribeiro durante o seminário promovido pelo **Correio** e pelo Sei para debater o tema.

Mesmo assim, completou o relator, possíveis reavaliações do texto demandam celeridade para que o projeto esteja pronto a ser votado na primeira semana de julho.

Embora tenha solicitado rapidez na definição do texto da reforma tributária, Aguinaldo Ribeiro não deu prazos de quando o relatório estaria pronto. "Faremos essa avaliação a partir das definições da reunião (com os governadores)", explicou.

Quartas de final

O relator comemorou a previsão de que o projeto da reforma será colocado em votação, na Câmara, na primeira semana de julho. "Estamos entrando nas quartas de final para que a reforma tributária seja votada na Câmara. Construímos o debate, e as expectativas para a discussão são as melhores possíveis", afirmou o parlamentar.

Para o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador do grupo de trabalho da Câmara sobre a Reforma Tributária, o país vive um raro momento de acordo político entre as duas casas legislativas, o governo federal, os governos de estados e municípios e a sociedade civil. Segundo Lopes, existe o consenso quanto à necessidade de se aprovar a reforma e, por isso, há condições de que a votação aconteça em julho, dando tempo para que o Senado possa apreciá-la com tranquilidade no segundo semestre.

Lopes enfatizou que o modelo atual é o grande empecilho para o crescimento da indústria no país. "O que nos desindustrializou no passado foi o famoso custo Brasil, mas hoje, 80% desse custo Brasil é custo tributário", apontou.

Ele observou ainda que existem questões a serem avaliadas e que a diversidade e amplitude de benefícios tributários oferecidos por estados e municípios é de grande complexidade e que ninguém tem a "conta certa" de quanto esse valor representa.

Para Reginaldo Lopes a solução será política e uma das alternativas pode ser a ampliação da fase de transição da unificação do ISS e do ICMS dos municípios e estados, mas essa será uma resposta política que o Congresso deve dar.

"Tem uma disposição dos entes federados, dos estados e dos municípios, até mesmo dos estados que têm a maior concentração de indústrias estão aceitando abrir mão do imposto tributado na origem pelo destino, pois entendem que assim é mais democrático", apontou o parlamentar.

Para ele, a reforma tributária vai garantir um pacto federativo fortalecido. "Melhora a qualidade do modelo federativo brasileiro, com um modelo mais de colaboração e menos de concorrência e competição. Isso vai fortalecer a autonomia desses entes federativos", apontou Lopes.

O deputado apontou apontou que a indústria é o setor que mais sofre perda de competitividade em função do sistema tributário atual. "Não é verdade que o setor da indústria seja o mais privilegiado com a reforma, ele é na verdade o mais prejudicado pelo sistema atual", disse o parlamentar, que ressaltou, depois, em conversa com jornalistas, que calcula que a reforma tributária poderia impulsionar na criação de mais de 1 milhão de postos de trabalho no setor industrial.

Gerente-executivo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Mario Sérgio Carraro Telles destacou o caráter distributivo da proposta em análise na Câmara. "Ao tributar de forma igual bens e serviços, (a reforma) vai reduzir a tributação do que os mais pobres consomem e aumentar a do que os mais ricos consomem", opina.

Telles citou a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mostra que consumidores com renda até dois salários-mínimos gastam apenas 9% de sua renda com serviços e quem ganha acima de 25 salários-mínimos, gasta 31% com serviços. "Quando desonero os serviços e onero mais os bens, estou desonerando o mais rico e onerando o mais pobre", analisou o gerente-executivo de Economia da CNI.

Há pontos do texto que já haviam sido definidos no ano passado. Mas, evidentemente, há novos governadores que estarão fazendo reavaliação de todos os pontos de interesses deles"

Deputado Aguinaldo Ribeiro, *relator da reforma tributária na Câmara*

Ao tributar de forma igual bens e serviços, a reforma vai reduzir a tributação do que os mais pobres consomem e aumentara a dos mais ricos"

Mário Sérgio Telles, *gerente-executivo da Confederação Nacional da Indústria*